

IDENTIDADE REGIONAL E REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO CONSENSO

Maria Julieta Weber Cordova
Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG

O texto procura argumentar o contexto educacional em diferenciadas abordagens históricas e sociológicas, visando possibilitar uma interação associativa entre o conhecimento histórico e o universo social dos envolvimento teóricos da educação.

Assim sendo, ao se desenvolver uma pesquisa dissertativa no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa “Educação, História e Memória”, encontrou-se justificativa na fundamentação sociológica que apreende a conceituação teórica educacional do paradigma do consenso.

Compreendeu-se que, abordando a relação entre o estudo da história regional e da memória por um processo de produção historiográfica de cunho positivista, acabou-se por identificar também uma teorização que permeia o paradigma do consenso, quando tal produção do conhecimento passou a delinear o ensino escolar em sua fundamentação.

O tema da dissertação que se propõe navega pelo ensino de história regional e a construção de uma identidade paranaense, levando-se em conta a memória do patrimônio tombado. A investigação procura contribuir para o entendimento do ensino de história e sua atuação no aprendizado dos significados da memória do patrimônio tombado. Para tanto, evidenciou-se a construção de uma identidade regional, por um discurso histórico de busca a uma identificação comum que unisse os paranaenses a um mesmo passado, a uma mesma tradição regional:

Por tradição inventada, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição e o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

Dessa forma, o ensino de história, ao trabalhar com a memória do patrimônio tombado, pelo viés de uma produção historiográfica sistematizadora de uma singularização identitária regional, determinou de forma concomitante, o processo de ensino-aprendizagem,

pelos mesmos princípios positivistas que nortearam o processo de produção historiográfica subjacente.

Entende-se que tal produção historiográfica identificou-se com a ideologia paranista , encontrando sustentação na elaboração dos programas e currículos escolares, especialmente aos dirigidos ao ensino de história no nível fundamental.

Ao se projetar a história a ser ensinada nas escolas, estendeu-se tal mentalidade à memória patrimonial preservada. Assim, o paranismo, ao buscar identificar-se pela busca a um ponto zero , revelou seu aspecto de coesão aos elementos que formariam tal socialização:

O consenso se caracteriza pela coesão entre os membros da sociedade, que resulta da eficácia dos mecanismos sociais, cuja finalidade é garantir a assimilação de valores, a cooperação, a socialização e o controle social. Os alicerces desse paradigma se encontram no positivismo e suas sistematizações mais ampliadas, no funcionalismo, evolucionismo e neo-evolucionismo (TEBCHERANI, 2001, p. 49).

Nesse ponto, note-se o caráter centralizador que uma determinada construção identitária pode representar, bem como suas respectivas relações de poder e controle social entre os idealizadores de tal intento, enquanto elementos integradores e socializadores desta representação.

A questão identitária, quando geradora de uma representação social, ou segundo Émile Durkeim (1857-1917), de uma “representação coletiva”, caracteriza-se pela fundamentação aos fatos sociais . E a auto idealização remete ao encerramento de concepções sociais, conforme modelos conceituais previamente determinados:

(...) a sociedade ideal não está fora da sociedade real, é parte dela (...) porque uma sociedade não está simplesmente constituída pela massa de indivíduos que a compõem, pelo solo que ocupam, pelas coisas que utilizam, pelos movimentos que efetuam, mas, antes de tudo, pela idéia que ela faz de si mesma (DURKEIM apud QUINTANEIRO, 2000, p. 19).

Portanto, a identidade social (ou regional), pode ser reconhecida pela coesão de seus membros. Émile Durkeim defende o ponto de vista da coesão pela consciência moral acerca da “solidariedade social”, definindo tipos de solidariedade segundo o grau de individualidade e socialização em que a moral tenha sido melhor projetada:

Moral (...) é tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o indivíduo a contar com seu próximo, a regular seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos

de seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e fortes são estes laços.

Ora essa união com algo que supera o indivíduo, essa subordinação dos interesses particulares ao interesse geral é a própria fonte de toda atividade moral. Se esse sentimento se precisa e se determina, quando, aplicando-se às circunstâncias mais ordinárias e mais importantes da vida, se traduz em fórmulas definidas, temos um corpo de regras morais prestes a se constituir (DURKEIM apud QUINTANEIRO, 2000, p. 41-44).

Assim, ao vislumbrar o pano de fundo que contextualiza a sociologia da educação, apreende-se conseqüentemente suas aproximações com o ensino de história que viabiliza a construção de “fatos sociais”, integradores de uma dada identidade social. Reporte-se então ao paradigma do consenso, otimizado pelo desenvolvimento científico darwiniano, bem como pelas orientações de Émile Durkeim com fins à integração social consolidada por valores morais, em que à educação caberia o papel de repassadora de tão sólidos princípios.

Ao se buscar apreender a ideologia paranista – formadora de uma identidade regional – pela memória do patrimônio tombado, percebe-se a fundamentação teórica de princípios positivistas, especialmente quando se procurou interpretar acontecimentos econômicos e sociais pelo viés de um determinismo geográfico. Os paranistas idealizaram uma identidade regional, construindo uma história regional a fim de inventar tradições ligadas às características naturais e lendas primitivas, criando um passado comum aos habitantes do Paraná e interagindo no próprio imaginário social paranaense:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense (...) Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compoz uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou uma bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore (MARTINS, 1946, p. 91).

Entretanto, é necessário ressaltar que o conceito de imaginário social, na perspectiva do discurso historiográfico, remete à criação do social-histórico, tendo como produtos realidade e racionalidade, envolvendo figuras, formas, símbolos, imagens e por que não dizer pensamentos sob formas diversas do que se pretende compreender: “Todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento,

qualquer que seja ele e qualquer que seja seu ‘objeto’, é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico” (CASTORIADIS, 1982, p. 13).

Dessa forma, a cada pensamento que interage no imaginário social, revelam-se variadas e complexas funções no reconhecimento de uma representação coletiva. Seus símbolos, emblemas, sentimentos e signos, serão fatores fundamentais na construção do imaginário social de uma dada coletividade ao se desvendar a forma de poder que o legitima.

Tratar da trajetória do positivismo no processo de produção de conhecimento, enquanto fomentador da ordem e progresso, significa compreender as manifestações destes princípios nos entrelaçamentos de poder – definidores do que deve ser aprendido e do que deve ser ensinado. Desde Augusto Comte (1798-1857), a doutrina filosófica positivista tomou estrutura, projetando-se para normatização social que traduz o consenso:

Comte pretendia, ao criticar os efeitos da Revolução Francesa e a restauração da Monarquia após 1789, fazer uma ciência que estabelecesse o bom funcionamento da sociedade. Comte acreditava que, com o maior desenvolvimento dessa ciência, se chegaria a uma sociedade humana perfeita, mediante a admissão da necessidade mútua e através da reconciliação da “ordem” e “progresso”. O seu interesse pela ordem estaria vinculado aos princípios da hierarquia, ao conceber a sociedade como um organismo constituído de partes integradas e coesas, marcado pelo equilíbrio e pela harmonia, conforme um modelo físico ou mecânico (TEBCHERANI, 2001, p. 50-51).

Mas até que ponto pode-se dizer que a sociedade ainda hoje não almeja o consenso como forma de construção social do real ? Será que muitas vezes não se confunde o consenso com a democracia ? Afinal, democracia não é o direito de todos, de forma coesa e integrada, cadenciada pelo equilíbrio e harmonia ? E os desintegrados deste contexto ? Estariam então voltados ao conflito de suas próprias reproduções culturais ?

Certamente que a manutenção de uma representação social perpassa pela própria integração identitária, comprometendo a formação dos processos sociais e a construção teórica de sua produção:

A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social (BERGER; LUCKMANN, 1999, p.228).

Sendo assim, qualquer transformação que se opere nesta funcionalidade social, seguirá necessariamente a inversão dos valores de integração identitária, em que o consenso não significa mais a legitimação harmoniosa e equilibrada, mas a sistematização moral que transgride a especificação identitária:

Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas (BERGER;LUCKMANN, 1999, p.228).

Enfim, procurou-se fazer uma breve aproximação entre o pensamento histórico e o sociológico, tendo em vista a perspectiva do consenso, por entender que a prática social está indissociavelmente ligada a estes dois campos do saber. Também se objetivou comentar sobre a pesquisa que se está desenvolvendo, num esforço por colocá-la à prova de argumentações teóricas sociológicas.

Entende-se que as questões trabalhadas no contexto do paranismo acerca da identidade e das representações sociais, fundamentam-se cientificamente no paradigma do consenso, por conta das adequações dos fatos sociais às produções históricas convenientemente apreendidas. Assim, buscando compreender os entrelaçamentos de poder nas representações sociais, as produções historiográficas no ensino de história regional, as invenções das tradições nas construções identitárias, ressalte-se que:

Todo fato social é um fato histórico e inversamente. Segue-se daí que a história e a sociologia estudam os mesmos fenômenos e que, se cada uma delas captura um aspecto real, a imagem que ela dele nos dá não poderia ser senão parcial, na medida em que não for completada pelas contribuições da outra (...) Não se trata pois de reunir os resultados da sociologia e da história, mas de abandonar toda sociologia e toda história abstratas para chegar a uma ciência concreta dos fatos humanos que não pode ser senão uma sociologia histórica ou uma história sociológica (GOLDMANN, 1993, p. 17).

- A HISTÓRIA ORAL E A CIENTIFICIDADE DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

A escolha do tipo de fontes a serem utilizadas em trabalhos de investigação científica, constitui-se em um dos passos decisivos na trajetória da pesquisa que se busca desenvolver em estudos referentes ao campo da história e da memória.

Assim, optar pelo uso da fonte oral, requer discernimento quanto a sua especificidade no tratamento com o próprio tema da pesquisa. A peculiaridade da fonte oral toma acento já na sua própria forma denominativa: fonte oral ou história oral ? Quais as diferenciações ? O que se pode entender por fonte oral e por história oral ?

GARRIDO já atenta para esta indagação quando questiona se “podemos falar de história oral ou é mais correto nos referirmos às fontes orais para a pesquisa [...] ?” (1995, p. 33). O autor, concebe a utilização da fonte oral para a pesquisa enquanto imprescindível na busca de elementos da vida cotidiana, contribuindo para o protagonismo de culturas singulares. E desta forma, compreende a fonte oral como “uma fonte documental a mais” no referencial da pesquisa, mas que corresponde a um “indispensável elemento de trabalho” (p. 36).

Já o entendimento de uma História Oral, toma espaço e voz, especialmente nos estudos de THOMPSON. Assim, ao conceituar a História Oral, defende que a evidência em história oral pode se apresentar tão fidedigna e autêntica, quanto qualquer outra evidência apreendida em outra “hierarquia aceita” de fontes. Ressalta, que os passos para a realização do exame de tais evidências, devem consistir basicamente, dos mesmos procedimentos de investigação pelos quais passam outros tipos de fontes de pesquisa.

Note-se ainda, que THOMPSON enfatiza a posição da história oral enquanto favorável em relação à própria “hierarquia aceita” das fontes:

O que é importante é que muitas das perguntas que se devem fazer sobre os documentos – se podem ser falsificações, quem era seu autor e com que finalidade social foram compostos – podem ser respondidas com muito mais confiabilidade em relação à evidência oral do que em relação a documentos [...]. Quanto ao mais, os recursos do historiador são as regras gerais para o exame de evidências: buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial [...] Há muito tempo os pesquisadores sociais utilizam entrevistas, de modo que existe farta discussão sociológica sobre o método de entrevista, as fontes dos vieses que aí podem ocorrer, e como estes podem ser estimados e minimizados. Comparativamente, é escassa a discussão sobre os vieses que, de modo semelhante, são inerentes a toda documentação escrita (1988, p. 139).

Sendo assim, para THOMPSON “Se as fontes orais podem de fato transmitir informação fidedigna, tratá-las simplesmente ‘como uma fonte documental a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho objetivo, falado” (1988, p. 123), mas que

a evidência oral deve necessariamente estar contextualizada face ao objeto de investigação científica, para daí poder defini-la enquanto evidência complementar e/ou suplementar em relação à outras fontes que se venha a utilizar.

Nesse sentido, a oralidade na pesquisa não se limita à mecanização do uso de um gravador. Ao contrário: o momento da entrevista requer necessariamente sensibilidade e conhecimento de causa.

A experiência do CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, permite vislumbrar os passos necessários para a realização de entrevistas em História Oral, explicitando roteiros desde as preparações da véspera da entrevista, perpassando pela relação entre entrevistado e entrevistador, circunstâncias, duração e o papel do gravador na condução da entrevista, até às possíveis formas de encerramento, bem como os esclarecimentos necessários ao entrevistado quanto à cessão de direitos sobre o depoimento a ser realizado, cessão esta que deve estar acompanhada da transcrição total da entrevista, para o conhecimento do resultado do trabalho levantado ao próprio entrevistado.

Partindo destes procedimentos, pode-se dizer que a história oral constitui-se em uma ferramenta imprescindível para vitalizar a história local e/ou regional. GARRIDO fundamenta a questão da necessidade da utilização da fonte oral no levantamento de vestígios da história, especialmente para grupos até então marginalizados ou relegados ao esquecimento por versões oficiais do conhecimento:

[...] é importante precisar que o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora (GARRIDO, 1995, p. 36).

Assim como THOMPSON aponta que a história oral abre possibilidades e vozes aos esquecidos, igualmente GARRIDO defende a revitalização possível pela fonte oral para a história que doravante era contada absolutamente pelas vias oficiais. Entretanto, a oralidade na pesquisa apresenta também seus próprios vieses e ressalte-se ainda que conforme GARRIDO “a memória é essencialmente seletiva e, por isso mesmo, parcial e interessada” e que “uma entrevista concreta não é mais que uma parte do conjunto e somente adquire seu real significado no todo que integra a amostra”(1995, p. 38).

Assim, SAMUEL atenta quanto à problemática teórica na utilização da história oral na história local, alertando para a proximidade do historiador e a necessidade de não perder de vista a excelência do objeto em investigações científicas:

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campo [...] Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local (SAMUEL, 1990, p. 220).

Sendo assim, THOMPSON ao apreender a história oral como a “humanidade viva das fontes”, reverencia o processo de interação da história oral de forma bidirecional, proporcionando informações não somente significativas como únicas em sobre o passado, podendo transmitir a consciência individual ou coletiva, transformando-se ou não em instrumento de mudança:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (1988, p. 136).

Nesse ponto, cabe tratar do papel representativo da memória e sua relação no tratamento com a história oral. Afinal, a memória inseriu-se em investigações científicas históricas, a partir de novas acepções teóricas acerca do próprio entendimento do que pode estar posto como campo de estudo da história e da memória.

NORA estabelece a oposição entre memória e história, afastando quaisquer hipóteses sinônimas nesta relação. Assim define a memória: “A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a

todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”(NORA,1993,p. 9).

E se “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não existe mais”. Por isso, “a memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”.

Anteriormente, HALBWACHS ainda que não compreenda que a memória possa constituir-se em um documento histórico, por considerar que a história somente deve trabalhar com fatos distante do tempo vivido, ainda assim admite a relevância e a multiplicidade da memória enquanto representativa de lembranças de determinados grupos, contribuindo para o debate acerca do campo da memória em relação ao campo da história.

MONTENEGRO quando parte da contraposição entre história e memória compreende que são inseparáveis no tocante ao próprio fazer histórico, pois a memória popular e a história oral podem representar importantes elos de ligação entre a própria história e a atividade política: “É sempre a partir de como se institui o passado que são criadas as condições imaginárias para definições de projetos políticos” (1994, p. 12).

Enfim, a dissertação que ora se está investigando têm como foco central o estudo da memória em relação ao patrimônio tombado no ensino de história local e regional, verificando sua representação na produção historiográfica paranista. A história oral irá se constituir em uma ferramenta fundamental de trabalho, pois possibilitará trazer à tona as lembranças dos lugares de memória, paralelamente e em contraposição à representação do patrimônio tombado que referencia elementos da produção historiográfica paranista, correspondendo à versão oficial de uma história local e regional que “inventa” uma identidade cultural comum aos paranaenses, trazendo marcos históricos, mitos, brasões, enfim toda uma simbologia que ostenta significados culturais fundamentados por referenciais teóricos e bibliográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985. p.126-236.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GARRIDO, Joan del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica : uma contribuição ao debate. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.13, n.25, set.92/ago.93, p. 33-54.

GOLDMANN, Lucien. Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia ? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

GOMES, Candido. A educação em perspectiva sociológica. São Paulo: EPU, 1985.

HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. São Paulo. Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric; Ranger, Terence (org.). Invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARTINS, Romário. Paranística. In: A DIVULGAÇÃO. Curitiba. fev-mar. 1946. p. 91

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 93.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

QUINTANEIRO, Tania et al. Um toque de clássicos. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. Revista Brasileira de História, v. 9, n. 19. Set. 89/fev. 90, p. 219-243.

TEBCHERANI, Marisete Mazurek. Paradigmas do consenso e do conflito. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva (org). Sociologia: consensos e conflitos. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

THOMPSON, Paul. A voz do passado – História Oral. Paz e Terra, 1988.